



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Habitação

CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
19ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 05/07/2011
Hora: 14h30
Local: SAUS, Q. 1, Bl. H, Edifício Telemundi II - Auditório Térreo – Brasília/DF

I - ENTIDADES INTEGRANTES DO CONSELHO

1 - Ministério das Cidades - MCIDADES:

Mário Negromonte – Ministro de Estado das Cidades - Presidente do Conselho

Inês da Silva Magalhães – Secretária Nacional Habitação - Vice-Presidente do Conselho

Júnia Maria Barroso Santa Rosa – Secretária Nacional de Habitação - Substituta

2 – Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT:

Kelson Vieira Senra – Titular



Alexander Celestino de Barros - Suplente

3 – Ministério da Cultura - MinC:



Weber Sutti - Titular

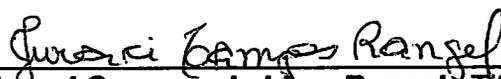
Elder Vieira - Suplente

4 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS:

João Marcos Assis da Silva - Titular

Maria Thereza Cesarino Trevas - Suplente

5 – Ministério da Fazenda - MF:



Juraci Campos de Lima Rangel - Titular



Ézio de Luna Freire Jr. - Suplente

6 – Ministério da Integração Nacional - MI:

Frederico Guilherme Livino de Carvalho - Titular

Antônio Roberto Albuquerque Silva - Suplente

7 – Ministério do Meio Ambiente - MMA:

Sérgio Antônio Gonçalves - Titular

Joísa Maria Barroso Loureiro - Suplente

8 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP:

Célia Corrêa - Titular



Eduardo Bassani

Eduardo Neves Franca Bassani - Suplente

9 – Ministério da Saúde - MS:

Juliana de Senzi Zancul

Juliana de Senzi Zancul - Titular

Débora

Débora Carvalho Diniz - Suplente

10 – Ministério do Trabalho e Emprego - MTE:

Paulo Eduardo Cabral Furtado

Paulo Eduardo Cabral Furtado - Titular

Antônio Góis de Oliveira - Suplente

11 – Caixa Econômica Federal - CEF:

Rogério de Santos Caldas - Titular





Cláudia Márcia Gomes - Suplente

12 – Central de Movimentos Populares – CMP:



Saulo Manoel da Silveira - Titular

José Aparecido Leite - Suplente

13 – Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM:

Bartíria Perpétua Lima da Costa - Titular

Wilson Valério da Rosa Lopes - Suplente

14 – Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM:

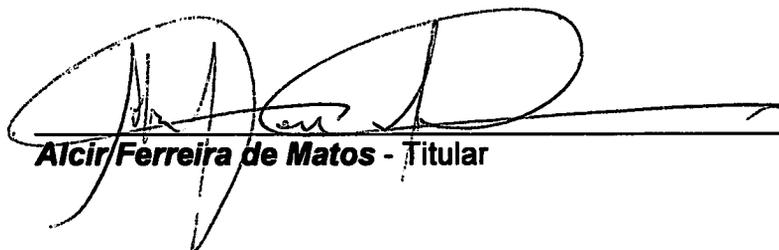


Sílvio José Gonçalves - Titular



Elizeth Cristina Vieira Costa - Suplente

15 – União Nacional por Moradia Popular – UNMP:



Alcir Ferreira de Matos - Titular

Evaniza Lopes Rodrigues - Suplente

16 – Confederação Nacional da Indústria – CNI:



Miguel da Silva Sastre - Titular

Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves - Suplente

17 – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC:

Ioav Blanche – Titular



Hélder José Ferreira Paiva - Suplente

18 – Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF:

Filipe Ferrez Pontual Machado - Titular

Nylton Velloso Filho - Suplente

19 – Central Única dos Trabalhadores – CUT:

Domingos Oliveira Davide – Titular

Antonio de Lisboa Amâncio Vale - Suplente

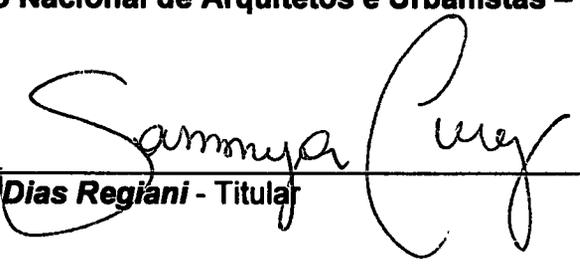
20 – Federação Nacional dos Engenheiros - FNE:

Thereza Neumann Santos de Freitas – Titular



Valter Fanini – Suplente

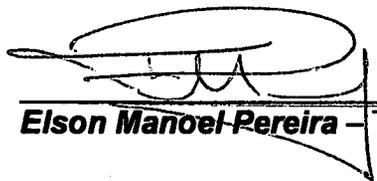
21 – Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas – FNA:



Sammya Cury Dias Regiani - Titular

Jair Pedro Ferreira - Suplente

22 – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR:



Elson Manoel Pereira – Titular

Lúcia Cony Faria Cidade - Suplente



23 - Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião - FBR:



Ricardo de Gouvêa Corrêa - Titular

Teresa Hilda Bezerra de Souza Costa – Suplente

II - ENTIDADES CONVIDADAS

1) SETOR PÚBLICO MUNICIPAL

Confederação Nacional de Municípios

NOME: *Vanessa Alexandra Santos R. Z. N. de*
CARGO: *Advogada / Conselheira Comunitária*

2) SETOR PÚBLICO MUNICIPAL

NOME:
CARGO:

4) SETOR PÚBLICO ESTADUAL – GOVERNO DO ESTADO RN

Rosa de Fátima Soares de Souza



5) SETOR PÚBLICO ESTADUAL – GOVERNO DO ESTADO MS



Carlos Eduardo Xavier Marun



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Habitação

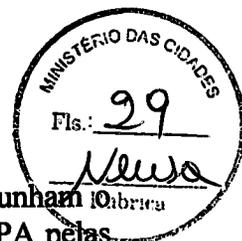


ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FNHIS

1 Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e onze, no auditório do Ministério das
2 Cidades, localizado no SAUS, Quadra 01, Bloco H, Edifício Telemundi II, Brasília/DF, às
3 quinze horas, sob a presidência da Ilustríssima Senhora Secretária Nacional de Habitação,
4 **Inês da Silva Magalhães**, e na presença dos seguintes conselheiros: Sra. **Júnia Maria**
5 **Barroso Santa Rosa**, Secretária Nacional de Habitação, Substituta; Sr. **Weber Sutti**, pelo
6 Ministério da Cultura – MinC; Sra. **Juraci Campos de Lima Rangel**, pelo Ministério da
7 Fazenda - MF; Sr. **Frederico Guilherme Livino de Carvalho**, pelo Ministério da Integração
8 Nacional - MI; Sra. **Joisa Maria Barroso Loureiro**, pelo Ministério do Meio Ambiente –
9 MMA; Sr. **Eduardo Neves Franca Bassani**, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e
10 Gestão – MP; Sra. **Juliana de Senzi Zancul** e Sra. **Débora Carvalho Diniz**, ambas pelo
11 Ministério da Saúde – MS; Sr. **Paulo Eduardo Cabral Furtado**, pelo Ministério do Trabalho
12 e Emprego – MTE; Sra. **Cláudia Márcia Gomes**, pela Caixa Econômica Federal- CEF; Sr.
13 **Saulo Manoel da Silveira**, pela Central de Movimentos Populares – CMP; Sr. **Silvio José**
14 **Gonçalves**, pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM; Sr. **Alcir Ferreira de**
15 **Matos**, pela União Nacional por Moradia Popular – UNMP; Sr. **Miguel da Silva Sastre**, pela
16 Confederação Nacional da Indústria – CNI; Sr. **Nylton Velloso Filho**, pela Confederação
17 Nacional das Instituições Financeiras - CNF; Sr. **Domingos Oliveira Davide**, pela Central
18 Única dos Trabalhadores CUT; Sra. **Thereza Neumann Santos de Freitas**, pela Federação
19 Nacional dos Engenheiros – FNE; Sra. **Sammya Cury Dias Regiani**, pela Federação
20 Nacional de Arquitetos e Urbanistas – FNA; Sr. **Elson Manoel Pereira**, pela Associação
21 Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR; Sr.
22 **Ricardo de Gouvêa Corrêa**, pela Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento
23 Rubião - FBR; e contando ainda com a presença dos seguintes convidados: representando o
24 Setor Público Municipal, Sra. **Vanessa Alexandra Santos Rezende**, pela Confederação
25 Nacional de Municípios – CNM; e pelo Setor Público Estadual, Sr. **Carlos Eduardo Xavier**
26 **Marun**, Secretário de Habitação do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul – Gov. MS,
27 teve início a 19ª (décima nona) reunião ordinária do Conselho Gestor do Fundo Nacional de
28 Habitação de Interesse Social - FNHIS, secretariada pelo Sr. **Nelson Teixeira da Silva**,
29 servidor da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades - SNH, destinada a
30 apreciar a seguinte pauta I - ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: 1) Ata da 18ª Reunião
31 Ordinária do Conselho Gestor do FNHIS, realizada em 28 de março de 2011; 2) Voto nº
32 004/2011/MCIDADES, de 20 de junho de 2011 - Propõe o referendo da Resolução nº 40,
33 de 27 de abril de 2011, publicada *ad referendum* do Conselho Gestor do Fundo Nacional
34 de Habitação de Interesse Social; 3) Voto nº 005/2011/SNH/MCIDADES, de 20 de junho
35 de 2011 - Propõe as ações do Programa Temático “Moradia Digna”, integrante do Plano
36 Plurianual - PPA, para o período 2012/2015, a serem executadas com recursos do Fundo
37 Nacional de Habitação de Interesse Social; e 4) Voto nº 006/2011/SNH/MCIDADES, de
38 20 de junho de 2011 - Propõe nova redação para o inciso II, do § 3º, do art. 2º da
39 Resolução nº 2, de 24 de agosto de 2006, referente à elaboração dos Planos Locais de

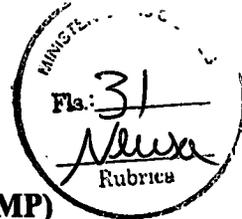


40 **Habitação de Interesse Social. - II) ASSUNTOS GERAIS: 1) Apresentação SNH:**
41 **Execução de programas e ações do FNHIS.** - Após saudar os presentes, a Sra. Presidenta
42 iniciou a reunião dando boas vindas aos novos Conselheiros, cujos nomes foram lidos: Sr.
43 **Sílvio José Gonçalves (titular)** e Sra. **Elizeth Cristina Vieira Costa (suplente)**, ambos
44 representando o Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM; Sr. **Miguel da Silva**
45 **Sastre (titular)** e Sra. **Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves (suplente)**, ambos pela
46 Confederação Nacional da Indústria - CNI; e Sr. **Filipe Ferrez Pontual Machado (titular)**,
47 pela Conferência Nacional das Instituições Financeiras - CNF. I - **ASSUNTOS PARA**
48 **DELIBERAÇÃO: 1) Ata da 18ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do FNHIS,**
49 **realizada em 28 de março de 2011** - A Sra. Presidenta deu início aos trabalhos do dia,
50 passando a palavra ao Sr. **Nelson Teixeira (SNH)** que, após algumas orientações sobre o
51 encaminhamento da reunião, passou a tratar da apreciação da ata da 18ª reunião, realizada em
52 28 de março de 2011. Dispensada a leitura da ata, a Sra. **Juliana Zancul (MS)** registrou que
53 não constavam as intervenções feitas por ela em relação ao Voto nº 001/2011, destinado a
54 apreciar as contas do FNHIS, exercício 2010. O Sr. **Nelson Teixeira (SNH)** esclareceu que as
55 aludidas intervenções não haviam sido registradas em ata, por terem sido feitas após a matéria
56 deliberada, e após o encerramento da reunião. Discordando, a Sra. **Juliana Zancul (MS)**
57 solicitou a inclusão das suas intervenções, ressaltando que a apresentação da matéria, no caso
58 a prestação de contas do FNHIS, havia sido muito focada nos programas e não no Relatório
59 de Gestão propriamente dito. O Sr. **Nelson Teixeira (SNH)** informou que iria reproduzir as
60 intervenções da Sra. Conselheira transcrevendo a degravação da reunião, *ipsis verbis*. Na
61 continuidade, colocou em votação a ata da 18ª Reunião, realizada em 28 de março de 2011,
62 que foi aprovada, por unanimidade, acrescida dos registros solicitados pela Sra. Conselheira
63 do Ministério da Saúde. - 2) **Voto nº 004/2011/MCIDADES, de 20 de junho de 2011** -
64 **Propõe o referendo da Resolução nº 40, de 27 de abril de 2011, publicada ad referendum**
65 **do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social** - Por solicitação
66 da Sra. Presidenta, o Sr. **Nelson Teixeira (SNH)** iniciou a apresentação do Voto
67 justificando, primeiramente, a ausência do Senhor Ministro de Estado das Cidades, autor da
68 proposta. Na sequência, esclareceu que o Voto nº 4 possuía por objetivo referendar a
69 Resolução nº 40, publicada, em 28 de abril de 2011, *ad referendum* do Conselho. Continuou
70 dizendo que a aludida Resolução nº 40 fez uma dilação do prazo para apresentação de
71 manifestação de interesse que os municípios que estavam com contrato de repasse ou termo
72 de compromisso em fase de desembolso deveriam assinar, tomando ciência dos novos prazos
73 e condições de apresentação dos Planos Habitacionais de Interesse Social. Esclareceu que a
74 data inicialmente estipulada pelo Conselho havia sido 30 de abril de 2011, tendo sido
75 estendida para 30 de junho de 2011. Encerrando seu relato, o Sr. **Nelson Teixeira (SNH)**
76 acrescentou que a publicação da Resolução *ad referendum* foi precedida de consulta prévia
77 aos Senhores Conselheiros que, na sua maioria, apresentaram manifestação favorável. Não
78 havendo quem desejasse fazer uso da palavra, a matéria foi submetida aos Senhores
79 Conselheiros presentes, em regime de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. - 3)
80 **Voto nº 005/2011/SNH/MCIDADES, de 20 de junho de 2011** - **Propõe as ações do**
81 **Programa Temático “Moradia Digna”, integrante do Plano Plurianual - PPA, para o**
82 **período 2012/2015, a serem executadas com recursos do Fundo Nacional de Habitação**
83 **de Interesse Social.** - A Sra. Presidenta anunciou a presença do Sr. **Marcos Chagas**
84 **Gomes**, Gestor Financeiro da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades,
85 encarregando-o de proceder ao relato do Voto. Iniciando seu relato, o Sr. **Marcos Chagas**
86 **(SNH)** lembrou que boa parte dos Senhores Conselheiros já havia tido a oportunidade de
87 participar da discussão do PPA no âmbito do Conselho das Cidades, sobre a qual faria breve
88 relato. Esclareceu que a diretriz do PPA 2012/2015, emanada do Ministério do Planejamento,
89 Orçamento e Gestão e da Casa Civil da Presidência da República, trouxe uma metodologia



90 um pouco diferente da adotada até então. As ações orçamentárias, que antes compunham
91 PPA, passam agora a compor apenas a Lei Orçamentária Anual e se vinculam ao PPA pelas
92 chamadas iniciativas. Outra característica relevante destacada do novo modelo diz respeito à
93 proposta de criar um programa temático que possa refletir de fato a maneira como as ações
94 são executadas. No caso específico, o programa temático inicialmente proposto fora
95 “Habitação”. Entretanto, a SNH entendeu que a palavra habitação não refletiria,
96 adequadamente, toda a luta política, especialmente liderada pelos movimentos sociais, que
97 culminou com a publicação da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, concluindo-se, a partir
98 deste raciocínio, que o nome “Moradia Digna” representaria melhor esses anseios e essa luta.
99 Ainda esclarecendo as principais diferenças do antigo para o atual modelo de elaboração do
100 PPA, o Sr. Marcos Chagas (SNH) afirmou que os programas temáticos pretendem
101 incorporar todas as ações e que o detalhamento do PPA agora vai até o nível de iniciativas, e
102 não mais das ações orçamentárias. Na sequência, esclareceu que o programa temático é
103 composto por objetivos e por iniciativas. No caso da habitação, o primeiro objetivo é
104 melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda, que vivem em assentamentos
105 precários, desenvolvendo ações necessárias à regularização urbanística e fundiária, à
106 promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por
107 intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão
108 socioambiental. Por sua vez, as iniciativas ligadas ao objetivo nº 1 compreendem: apoio à
109 urbanização de assentamentos precários, por intermédio da execução de ações integradas de
110 habitação e infraestrutura, regularização fundiária e inclusão socioambiental; articulação com
111 o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, para o reassentamento ou remanejamento
112 de famílias nas obras de urbanização de assentamentos precários, contenção de encostas,
113 saneamento, transporte e mobilidade urbana; e utilização de imóveis da União, geridos pela
114 Secretaria do Patrimônio da União - SPU, em apoio aos programas de urbanização de
115 assentamentos precários em áreas da União. Voltando aos objetivos, o segundo deles seria
116 ampliar, por meio da produção, aquisição ou melhoria, o acesso à habitação, de forma
117 subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com o auxílio
118 de mecanismos de provisão habitacional, articulados entre diversos agentes e fontes de
119 recursos, fortalecendo a implementação do PMCMV. As iniciativas ligadas ao objetivo nº 2
120 propostas seriam: provisão ou reforma de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais em
121 articulação com o setor público e setor privado; e utilização de imóveis da União, geridos pela
122 SPU, em apoio à implementação dos programas de produção habitacional. Sobre o objetivo
123 número três, o Sr. Marcos Chagas (SNH) esclareceu que o mesmo estaria voltado a
124 fortalecer a capacidade técnica e institucional dos agentes do Sistema Nacional de Habitação
125 de Interesse Social – SNHIS; e à implementação da política de habitacional sob os princípios
126 da descentralização, articulação intergovernamental e intersetorial, participação e controle
127 social. Dessa maneira, as iniciativas ligadas ao objetivo nº 3 seriam: apoio à elaboração de
128 Planos e Projetos para Habitação de Interesse Social; promoção de ações de desenvolvimento
129 institucional dos agentes integrantes do SNHIS; e fortalecimento da Política Nacional de
130 Habitação e implantação de sistema de monitoramento e avaliação dos programas e ações do
131 SNHIS. Quanto ao objetivo nº 4, o Sr. Marcos Chagas (SNH) esclareceu que se pretende
132 incentivar a expansão do crédito habitacional para a construção, aquisição, ampliação e
133 melhorias, por meio de medida de facilitação do acesso ao financiamento imobiliário, com
134 estímulos ao crescimento de sua oferta pelos agentes financeiros. As iniciativas ligadas ao
135 objetivo nº 4 estariam, assim, estruturadas: promover o aumento da participação dos agentes
136 financeiros na concessão de financiamento habitacional; e oferta de financiamento, inclusive
137 com subsídios para a população de baixa renda, para a construção, requalificação, reforma ou
138 aquisição de imóvel novo ou usado. Continuando seu relato, o Sr. Marcos Chagas (SNH)
139 esclareceu que o objetivo nº 5, tal como proposto, pretende elevar os patamares da qualidade

140 da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização
141 tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para
142 ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda. Ainda dentro do objetivo
143 nº 5, o Sr. Marcos Chagas (SNH) citou suas iniciativas, a saber: implantação do Sistema
144 Nacional para Capacitação Profissional e Certificação Profissional (SiCaP); consolidação do
145 Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil
146 (SiAC); do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos
147 (SiMaC); e do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT);
148 fomento, por parte do setor privado, aos Sistemas de Qualidade e Inovação Tecnológica do
149 Setor da Construção Civil; e regulamentação de quesitos relacionados à sustentabilidade na
150 cadeia produtiva da construção civil. Encerrando seu relato, o Sr. Marcos Chagas (SNH)
151 abordou o objetivo nº 6, cuja proposta é promover a qualidade da inserção urbana dos
152 empreendimentos habitacionais, assim como, contribuir para a inserção socioeconômica das
153 famílias beneficiadas por programas habitacionais. Suas iniciativas são: apoiar os agentes
154 financeiros do SNHIS para cadastramento e acompanhamento de beneficiários, operação e
155 manutenção das ações de habitação de interesse social; e articulação de programas
156 habitacionais de interesse social a outras políticas públicas. No uso da palavra, a Sra.
157 **Presidenta** comentou ser o objetivo nº 6, em sua opinião, a mais significativa medida, na
158 medida em que insere, na agenda da Secretaria Nacional de Habitação, uma pauta destinada
159 ao acompanhamento pós-ocupação, incorporando o conceito de sustentabilidade das famílias
160 e dos empreendimentos. O grande enfoque, na opinião da Sra. **Presidenta**, seria evitar uma
161 situação de degradação das obras. Encerrando seu aparte, a Sra. **Presidenta** afirmou que a
162 participação dos municípios é fundamental, para fins de acompanhamento e avaliação.
163 Encerrado o relato, a Sra. **Presidenta** abriu a palavra aos Senhores Conselheiros presentes,
164 dela fazendo uso, inicialmente, o Sr. **Elson Manoel Pereira (ANPUR)**, que afirmou que os
165 objetivos e as iniciativas, teoricamente, estão bem definidos, mas que teria uma reflexão a
166 fazer sobre o objetivo nº 6. No seu ponto de vista, a promoção da qualidade da inserção
167 urbana dos empreendimentos habitacionais estaria prejudicada por medidas do próprio
168 governo, citando como exemplo o Programa Minha Casa, Minha Vida. Por sua vez, o Sr.
169 **Miguel Sastre (CNI)** destacou dois aspectos, com relação às habitações de uso provisório
170 que, de acordo com ele, deveria ter uma articulação com outros setores de governo, como as
171 áreas de saúde e assistência social e que, deste modo, a Secretaria Nacional de Habitação
172 deveria construir um meio de repassar essas unidades para serem geridas por outros entes do
173 governo. Com relação ao objetivo nº 6 enfatizou também ser muito rica essa nova
174 preocupação de colocar uma gestão social nas habitações de interesse social, destinadas a
175 famílias com renda até três salários mínimos, no entanto, afirmou que há de se tomar cuidado
176 de integrar essa ação com outras políticas públicas, assim como fazer o monitoramento para
177 que essas unidades não sejam vendidas ou comercializadas. O Sr. **Ricardo Gouvêa (FBR)**
178 registrou a ausência dos princípios do PLANHAB (Plano Nacional de Habitação) na
179 elaboração do PPA. O Sr. **Saulo Manoel (CMP)** solicitou constar em ata a justificativa da
180 sua ausência na reunião passada, devido a problemas de voo. Em seguida, concordou com a
181 observação do Sr. **Conselheiro Ricardo Gouvêa (FBR)** e indagou se o novo PPA possuía
182 correlação com o Projeto de Lei Moradia Digna, sendo apartado pela Sra. **Presidenta** que
183 esclareceu tratar-se de um Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo e não do Poder
184 Executivo. A Sra. **Thereza Neumann (FNE)** destacou a necessidade de se abordar a questão
185 das áreas centrais dentro da visão urbana. Sobre essa sugestão, ela exemplificou as grandes
186 metrópoles, como São Paulo e Fortaleza. Citou como exemplo o caso de Fortaleza, que está
187 rodeada de cortiços por conta catadores que migram para o centro da cidade e de outros
188 cidadãos que preferem ficar na área central. Encerrou seu aparte lembrando que ela já havia
189 proposto disponibilizar recursos do FNHIS para recuperação de imóveis localizados em áreas



190 centrais. O Sr. Alcir Ferreira de Matos (União Nacional por Moradia Popular – UNMP)
191 parabenizou a proposta relativa ao objetivo nº 6 e discorreu sobre a preocupação que se deve
192 ter quanto à inserção urbana dos empreendimentos, e afirmou ainda ter receio de que os
193 agentes financeiros venham a normatizar os programas de forma que não venham a refletir a
194 realidade do cotidiano dos cidadãos e dos movimentos populares. A Sra. Presidenta
195 respondeu algumas das questões que foram colocadas em relação à inserção urbana. Ela
196 explicou que talvez a questão não esteja sendo tratada de forma adequada, mas há premissas
197 de diálogos para melhorar e esse fato é ponto positivo dentre as inovações do PPA. Citou
198 como exemplo os equipamentos sociais de saúde e educação e as praças do Programa de
199 Aceleração do Crescimento (PAC), que se somarão ao objetivo nº 6 e às suas respectivas
200 iniciativas e ações. Continuando, afirmou que uma das tentativas desse novo PPA é construir
201 uma interlocução entre os diversos Ministérios. Em relação à qualidade urbanística, a Sra.
202 Presidenta afirmou que estão sendo revisadas as diretrizes do FNHIS, objetivando
203 contemplar ações específicas, como por exemplo a qualificação da área de expansão urbana.
204 Em seguida, solicitando a palavra a Sra. Sammya Cury (FNA) afirmou que considerava o
205 programa proposto pela SNH excelente, porém sentia falta de um apoio técnico junto às
206 famílias na questão da elaboração do projeto arquitetônico, de modo que elas possam acessar
207 uma tipologia habitacional adequada às suas necessidades. Solicitando novamente a palavra, o
208 Sr. Elson Manoel Pereira (ANPUR) afirmou que gostaria de insistir dizendo que é louvável
209 a criação do objetivo nº 6, associado à promoção da qualidade de inserção urbana de
210 empreendimentos, mas, no seu ponto de vista, não há como assegurar que os
211 empreendimentos não venham a ser construídos longe dos centros das cidade, sugerindo, em
212 seguida, que a SNH coloque alguma iniciativa priorizando financiamentos a projetos de
213 habitação de interesse social, com maior inserção nos tecidos urbanos. Atendendo solicitação
214 da Sra. Presidenta, o Sr. Marcos Chagas (SNH) retomou a palavra para apresentar maiores
215 detalhamentos do Voto, explicando que o PPA é composto pelo programa temático, e que
216 esse programa temático se subdivide em objetivos e iniciativas e que as ações orçamentárias
217 estarão contempladas no Projeto de Lei orçamentário de cada ano. Em seguida fez a leitura
218 das ações na forma em que as mesmas encontravam-se descritas no Voto em apreço e na sua
219 respectiva minuta de Resolução: 1) Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de
220 Assentamentos Precários - Finalidade: Apoiar o poder público na elevação dos padrões de
221 habitabilidade e de qualidade de vida das famílias de baixa renda, que vivem em
222 assentamentos precários em localidades urbanas ou rurais. - Descrição: Transferência de
223 recursos ao poder público para apoio a projetos de urbanização de assentamentos precários. -
224 Produto: Família beneficiada. - Forma de execução: Descentralizada, executada por
225 intermédio dos estados, Distrito Federal e municípios. - 2) Apoio à Provisão Habitacional
226 de Interesse Social - Finalidade: Apoiar o poder público e entidades privadas sem fins
227 lucrativos no desenvolvimento de ações integradas e articuladas que resultem em acesso à
228 moradia digna, destinada à população de baixa renda, em localidades urbanas ou rurais. -
229 Descrição: Transferência de recursos ao poder público e a entidades privadas sem fins
230 lucrativos para apoio a projetos de produção habitacional. - Produto: Família beneficiada. -
231 Forma de execução: Descentralizada, executada por intermédio dos estados, Distrito Federal
232 e municípios ou entidades privadas sem fins lucrativos. - 3) Apoio à Elaboração de Planos e
233 Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social -
234 Finalidade: Apoiar a elaboração de planos de habitação de interesse social, para implantação
235 e consolidação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS; e a prestação
236 de serviços de assistência técnica, assim entendida como o conjunto de ações voltadas à
237 elaboração de projetos, acompanhamento e execução da obra, trabalho social e jurídico
238 necessários para a edificação, reforma, ampliação, conclusão ou regularização fundiária da
239 habitação. - Descrição: Transferência de recursos ao poder público e a entidades privadas

240 sem fins lucrativos, vinculadas ao setor habitacional, para prestação de serviços de assistência
241 técnica para habitação de interesse social. - **Produto:** Projeto elaborado. - **Forma de**
242 **execução:** Descentralizada, poder público executada por entidades privadas sem fins
243 lucrativos, vinculadas ao setor habitacional. - **4) Apoio ao Fortalecimento da Política**
244 **Nacional de Habitação.** - **Finalidade:** Apoiar o poder público no fortalecimento da Política
245 Nacional de Habitação, por intermédio da elaboração de mecanismos de avaliação e
246 monitoramento dos programas habitacionais, executados pela União, estados, Distrito Federal
247 e municípios. - **Descrição:** Transferência de recursos ao poder público para criação e
248 manutenção de mecanismos de avaliação e monitoramento dos programas habitacionais
249 executados pela União, estados, Distrito Federal e municípios. - **Produto:** Projeto elaborado.
250 - **Forma de execução:** Direta ou descentralizada, executada por intermédio de estados,
251 Distrito Federal e municípios. - **5) Apoio ao Desenvolvimento Institucional dos Agentes**
252 **integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS - Finalidade:**
253 Apoiar a capacitação institucional dos agentes integrantes do Sistema Nacional de Habitação
254 de Interesse Social - SNHIS, para atuarem na melhoria das condições urbanísticas e
255 habitacionais das cidades, prioritariamente, nas áreas em que vivem famílias de baixa renda. -
256 **Descrição:** Transferência de recursos ao poder público ou entidades privadas sem fins
257 lucrativos para execução de ações de capacitação institucional. - **Produto:** Projeto executado.
258 - **Forma de execução:** Direta ou descentralizada, por intermédio de estados, Distrito Federal
259 e municípios ou entidades privadas sem fins lucrativos. - **6) Apoio à sustentabilidade dos**
260 **empreendimentos de habitação de interesse social - Finalidade:** Apoio à execução de
261 trabalho social, compreendendo mobilização e organização comunitária, educação sanitária e
262 ambiental e geração de emprego e renda; à criação e manutenção de cadastro nacional de
263 beneficiários de programas habitacionais urbanos ou rurais e de regularização fundiária em
264 áreas urbanas; e à implantação da gestão pós-ocupação dos empreendimentos. - **Descrição:**
265 Transferência de recursos ao poder público para execução de ações de sustentabilidade dos
266 empreendimentos de habitação de interesse social. - **Produto:** Projeto executado. - **Forma de**
267 **execução:** Direta ou descentralizada, executada por intermédio de estados, Distrito Federal e
268 municípios. Em seguida, a Sra. **Thereza Neumann (FNE)** discorreu sobre a questão da
269 assistência técnica, afirmando que não se deveria perder a oportunidade de criar ação que
270 desse suporte à execução da Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que assegura às
271 famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e para a
272 construção de habitação de interesse social. A seguir, o Sr. **Ricardo Gouvêa Corrêa (FBR)**
273 apresentou três sugestões, objetivamente com relação à minuta de Resolução em exame:
274 primeiramente, incluir na descrição da ação denominada “Apoio à Melhoria das Condições de
275 Habitabilidade de Assentamentos Precários”, a regularização fundiária de assentamentos
276 precários; em segundo lugar, incluir, na finalidade e forma de execução da ação denominada
277 “Apoio ao Fortalecimento da Política Nacional de Habitação”, instituições de ensino e
278 pesquisa como órgãos que poderiam receber recursos para elaborar os mecanismos de
279 avaliação e monitoramento dos programas habitacionais; e, por fim, na ação denominada
280 “Apoio à Sustentabilidade dos Empreendimentos de Habitação de Interesse Social” incluir,
281 nos campos descrição e forma de execução, as entidades privadas sem fins lucrativos. A Sra.
282 **Sammya Cury (FNA)** sugeriu acrescentar, de maneira geral, que os projetos utilizassem uma
283 tipologia apropriada para cada família. O Sr. **Nelson Teixeira (SNH)** afirmou não ser
284 recomendável colocar esse nível de detalhamento numa ação orçamentária, porém afirmou
285 também que a sugestão dada pela Senhora Conselheira poderia ser incorporada no manual
286 operacional das ações. Solicitando a palavra, a Sra. **Juliana Zancul (MS)** destacou erro de
287 concordância no texto referente à finalidade da ação de “Apoio à Provisão Habitacional de
288 Interesse Social”, solicitando alterar “entidades privadas sem fins lucrativas” para “entidades
289 privadas sem fins lucrativos”. Em seguida, a Sra. **Cláudia Gomes (CEF)** solicitou o

290 acréscimo do termo “Planos Habitacionais de Interesse Social elaborados” como um dos
291 produtos da ação de “Apoio à Elaboração de Planos e Prestação de Serviços de Assistência
292 Técnica para Habitação de Interesse Social”. Por sua vez, referindo-se à mesma ação, a Sra.
293 **Thereza Neumann (FNE)** solicitou alteração do texto referente à finalidade, que passaria a
294 ter a seguinte redação: “apoiar a elaboração de planos de habitação de interesse social, para
295 implantação e consolidação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS; e
296 a prestação de serviços de assistência técnica, assim entendida com o conjunto de ações
297 voltadas à elaboração de estudos, projetos, acompanhamento da execução da obra, trabalho
298 social e jurídico necessários para a edificação, reforma, ampliação, conclusão ou
299 regularização fundiária e infraestrutura da habitação”. Concluída a fase de discussão, a pedido
300 da **Sra. Presidenta**, o **Sr. Nelson Teixeira (SNH)** encaminhou a matéria à consideração dos
301 Senhores Conselheiros, em regime de votação, procedendo à leitura da minuta de Resolução
302 na sua forma final, incorporando as sugestões oferecidas. Não havendo quem se manifestasse
303 de forma contrária a proposta foi aprovada por unanimidade. – 4) **Voto nº**
304 **006/2011/SNH/MCIDADES, de 20 de junho de 2011 - Propõe nova redação para o inciso**
305 **II, do § 3º, do art. 2º da Resolução nº 2, de 24 de agosto de 2006, referente à elaboração**
306 **dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social. - A pedido da Sra. Presidenta, a Sra.**
307 **Júnia Maria Barroso Santa Rosa (SNH)** relatou o Voto esclarecendo que a Resolução nº
308 37, de 8 de dezembro de 2010, que ofereceu nova redação à Resolução nº 2, de 24 de agosto
309 de 2006, estabeleceu que os conteúdos dos Planos de Habitacionais de Interesse Social,
310 elaborados por municípios com população até vinte mil habitantes e não integrantes de região
311 metropolitana, sem o aporte de recursos do FNHIS, seriam estabelecidos em regulamentação
312 específica do Ministério das Cidades, ouvido, preliminarmente, o Comitê Técnico de
313 Habitação do Conselho das Cidades. Continuou relatando que as medidas necessárias para a
314 regulamentação foram adotadas, e previamente aprovadas pelo Comitê Técnico de Habitação,
315 estando materializadas nos termos da Instrução Normativa nº 15, de 10 de março de 2011, do
316 Ministério das Cidades, que disponibilizou, em seu sítio eletrônico, o formulário para a
317 realização do PLHIS. Afirmou que, visando apoiar os municípios, a SNH promoverá um
318 programa de Ensino à Distância – EAD, com previsão para início no próximo mês de agosto,
319 cujo objetivo será o acompanhamento da elaboração dos PLHIS, de acordo com as etapas
320 previstas no formulário eletrônico. Paralelamente, durante o processo de construção do EAD,
321 foi verificado que há um universo de 599 (quinhentos e noventa e nove) municípios que não
322 estão abrigados pela medida aprovada pela Resolução nº 37, de 2010, em razão dos seus
323 respectivos números de habitantes ou de suas localizações em regiões metropolitanas: 223
324 (duzentos e vinte e três) municípios encontram-se em região metropolitana e com população
325 até vinte mil habitantes; e 376 (trezentos e setenta e seis) apresentam população superior a
326 vinte e até cinquenta mil habitantes. Afirmou tratar-se de municípios com sabidas
327 dificuldades técnico-institucionais, que ainda não elaboram seus PLHIS, e não possuem
328 recursos do FNHIS alocados para tanto, e que, no nosso entendimento, mereceriam ser
329 igualmente contemplados pela nova metodologia simplificada disposta na Instrução
330 Normativa nº 15, de 2011. A **Sra. Júnia Santa Rosa (SNH)** justificou ainda a medida
331 proposta ressaltando que, independentemente de haver recursos do FNHIS alocados ou não,
332 os PLHIS elaborados sob a orientação da Resolução nº 37, de 2010, serão obrigatoriamente
333 submetidos aos Conselhos Gestores Municipais, garantindo o caráter democrático e
334 participativo, exigido pela Lei nº 11.124, de 2005. Sintetizando seu relato, a **Sra. Júnia Santa**
335 **Rosa (SNH)** afirmou que a proposta da SNH seria estender a elaboração dos PLHIS, sem
336 aporte de recursos do FNHIS, de forma simplificada, nos moldes regulamentados pelo
337 Ministério das Cidades, para municípios com população até cinquenta mil habitantes, estando
338 ou não inserido em regiões metropolitanas. Encerrado o relato do Voto, a **Sra. Presidenta**
339 abriu a palavra para os comentários. A **Sra. Sammya Cury (FNA)** relatou sua experiência



340 sobre os processos licitatórios para elaboração do Plano Habitacional de Interesse Social,
341 afirmando que no caso em questão a licitação foi feita através de pregão que começou com
342 oitenta mil reais e, ao final, a empresa vencedora levou trinta mil reais e que, além disso,
343 tratava-se de uma empresa de conservação e limpeza, desqualificando, portanto, o processo.
344 Em sua opinião, o Ministério das Cidades e o Conselho Gestor deveriam baixar
345 regulamentação vedando que os Planos Habitacionais de Interesse Social sejam contratados
346 através de pregão. Solicitando a palavra, o Sr. Weber Sutti (MINC) relatou sua experiência
347 afirmando que o Tribunal de Contas da União – TCU orientou a suspender licitações por
348 técnica e preço para se fazer pregão, sugerindo, dessa maneira, que o Conselho Gestor do
349 FNHIS fizesse uma moção levando o problema ao TCU. Solicitando a palavra, a Sra. Juliana
350 Zancul (MS) afirmou que o pregão é uma opção de licitação, afirmando que, para evitar
351 problemas, os termos de referências devem ser elaborados fazendo constar os requisitos e
352 exigências técnicas mínimas que a empresa deve possuir, sugerindo ainda que o Ministério
353 das Cidades regulamentasse a matéria, criando modelos de termos de referência. O Sr.
354 Ricardo Gouvêa (FBR) solicitou a palavra para afirmar que proposta da SNH de ampliar o
355 universo do PLHIS simplificado, contemplando municípios com população até cinquenta mil
356 habitantes, mereceria ser mais bem discutida no que tange à inserção desses municípios em
357 regiões metropolitanas. Na sequência, o Sr. Paulo Eduardo (MTE) manifestou dúvida com
358 relação ao comando da Resolução abranger a elaboração de planos por parte de municípios
359 que não estão utilizando recursos do FNHIS, sendo apartado pelo Sr. Nelson Teixeira (SNH)
360 que esclareceu afirmando que, mesmo sem repassar recursos do FNHIS, o Conselho Gestor
361 pode e deve se manifestar sobre a matéria em razão do disposto no artigo 12 da Lei nº 11.124,
362 de 2005. Em seguida, o Sr. Elson Manoel Pereira (ANPUR) afirmou que a proposta da SNH
363 não deveria abranger municípios integrantes de regiões metropolitanas. Solicitando a palavra,
364 o Sr. Miguel Sastre (CNI) concordou com a posição do Sr. Elson, afirmando que os
365 municípios integrantes de regiões metropolitanas não deveriam ser contemplados com a
366 elaboração dos Planos Habitacionais de Interesse Social de forma simplificada, concluindo
367 que o Ministério das Cidades poderia criar uma regra para excepcionar, quando couber. O Sr.
368 Nylton Velloso Filho (CNF) afirmou que a norma deveria ser o mais simplificada possível e
369 que toda linha de corte carrega em si um grau de subjetividade e, encerrando seu aparte,
370 mostrou-se preocupado com o iminente término do prazo para apresentação dos planos
371 habitacionais. Esgotado o debate, a Sra. Presidenta colocou a matéria em votação. O Sr.
372 Nelson Teixeira (SNH) sintetizou o debate afirmando que havia consenso somente com
373 relação à elevação do corte populacional de vinte para cinquenta mil habitantes, cabendo
374 então contabilizar os Votos favoráveis e contra a proposta da SNH, que oferece o mesmo
375 tratamento para municípios com população até cinquenta mil habitantes, independentemente
376 de sua inserção ou não em região metropolitana. O Sr. Nelson Teixeira (SNH) registrou
377 ainda sua preocupação com relação à manutenção do quorum, tendo em vista que alguns
378 Conselheiros já haviam deixado o local da reunião. Submetida aos Senhores Conselheiros, em
379 regime de votação, a matéria foi aprovada, na forma originalmente proposta pela SNH, pela
380 maioria dos presentes. Votaram a favor da proposta da SNH, na forma originalmente
381 apresentada, dez entidades: SNH; MP; FNE; CUT; CEF; MF; FNA; MNLM; CMP; e CNF.
382 Votaram contrários à proposta na forma originalmente apresentada pela SNH, cinco
383 entidades, por entenderem inadequado estender o plano simplificado aos municípios
384 integrantes de regiões metropolitanas: ANPUR; FBR; CNI; UNMP; e MinC. - II)
385 **ASSUNTOS GERAIS: 1) Apresentação SNH: - Execução de programas e ações do**
386 **FNHIS – Para apresentação da pauta de assuntos gerais, a Sra. Presidenta convidou a**
387 **Diretora do Departamento de Urbanização de Assentamentos Precários, Sra. Mirna**
388 **Quinderé, que detalhou o monitoramento dos contratos e das ações integrantes da primeira**
389 **fase do PAC 1; como estão as ações; propostas que foram selecionadas; o que tem acontecido**

390 com os contratos e com as propostas; e a execução dos dois programas Habitação de Interesse
391 Social e Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários, por ano de seleção. No
392 que tange ao cancelamento de contratos, foi informado que, no âmbito do programa de
393 Habitação de Interesse Social, o nível de cancelamento gira em torno de 25% (vinte e cinco
394 por cento), já no âmbito do programa de Urbanização, o nível de cancelamento médio é de
395 6,5% (seis e meio por cento) dos contratos selecionados. Encerrada a apresentação, o Sr.
396 Nelson Teixeira (SNH) comunicou que, como de praxe, o arquivo seria disponibilizado aos
397 Senhores Conselheiros, por meio do sítio eletrônico do Ministério das Cidades. Encerrou
398 solicitando à representante da CEF a elaboração de Voto com os parâmetros de remuneração
399 para as operações não inseridas no PAC, item pendente de regulamentação. Não havendo
400 mais quem desejasse fazer uso da palavra e uma vez esgotados os assuntos de pauta, a Sra.
401 Presidente agradeceu a presença de todos os Conselheiros e deu por encerrada a reunião, às
402 dezoito horas e trinta e cinco minutos, determinando a lavratura da presente ata.

403
404
405
406
407

Brasília, 5 de julho de 2011.

Nelson Teixeira da Silva
Secretário

